



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR: **Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD**

DATA DE ENTREGA
14/06/2016

EMENTA: "Sugere à Comissão de Legislação Participativa a realização de Audiência Pública para tratar das Políticas Sociais do Governo Federal que dizem respeito às drogas".

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA

SUGESTÃO Nº 62 DE 2016



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



SUGESTÃO Nº 62/2016
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas - ABRAMD

CNPJ: 08.304.612/0001-80

Tipos de Entidades: (X) Associação () Federação () Sindicato
() ONG () Confederação () Outros

Endereço: Rua João Moura, nº 647, Conj. 191, Jardim América

Cidade: São Paulo **Estado:** SP **CEP.:** 05.412-911

Fone/Fax: (11) 9.8168-9880

Correio-eletrônico: www.abramd.org.br - radorno@usp.br

Presidente: Rubens Adorno

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da Associação supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 14 de junho de 2016


Aldo Matos Moreno
Secretário-Executivo



Associação Brasileira de Estudo Multidisciplinar sobre Drogas (ABRAMD). abramd.org
CNPJ Abramd: 08.304.612/0001-80
Ofício:010/2016

A Comissão de Legislação Participativa – Câmara dos Deputados Brasília
A/C Secretário Executivo – Aldo Moreno

Ref. Solicitação Audiência Pública

POR UMA POLÍTICA SOCIAL E SOBRE DROGAS HUMANIZADA E LAICA

O Brasil passou nas últimas décadas por importantes conquistas sociais nas áreas da educação, saúde, direitos humanos dentre outras. Levando em consideração as especificidades do país tanto no que diz respeito à extensão geográfica e distribuição populacional, como a diversidade social e cultural nas diferentes regiões; foi possível observar que um número significativo de pessoas marginalizadas (fruto de políticas centenárias, marcadas pela desigualdade e exclusão), saíram da linha sub-humana da pobreza.

No que se refere ao uso abusivo de álcool e outras drogas, vivenciamos uma série de (des) construções sobre modelos de intervenções reducionistas e em alguns casos desumanizantes, construindo novas narrativas referentes ao tema, incluindo a multifatorialidade e integralidade tanto na observância dos fatores que favorecem ao uso nocivo, como nas consequências deste uso, fortalecendo estratégias na assistência e na prevenção em todos os níveis, com ações articuladas na área social, na saúde, na educação e nos direitos humanos, por exemplo, viabilizadas através do fortalecimento e efetivação dos princípios e diretrizes organizativas do SUS e SUAS, se traduzindo na



prática, na ressocialização na área de saúde mental e, conseqüentemente, trazendo avanços na construção de uma política sobre drogas humanizada e laica, com espectro amplo de atuação desde a prevenção até a redução de danos, com benefícios inegáveis.

Entretanto, ainda temos um longo caminho a percorrer e uma dívida a pagar com esta parcela da população que sofreu pela falta de conhecimento, medo e medidas higienistas da sociedade, que ficaram institucionalizadas em manicômios, como uma possibilidade de cuidado. O abuso e a dependência de drogas resultam em sofrimento e custos de enorme proporção, em todos os níveis e em todos os segmentos da sociedade, observando grande impacto na saúde física, mental e ocupacional da população e em escala mundial. Vale reiterar que segundo a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 10% da população dos centros urbanos de todo o mundo consomem drogas abusivamente.

Nesse sentido, podemos enfatizar que o consumo de drogas não é um comportamento isolado, pois tem causas múltiplas e está inserido num contexto político, social e cultural de cada nação, e deve ser tratado de maneira responsável, baseada em evidências científicas articuladas com experiências empíricas favoráveis desconectadas de dogmas, preconceitos ou credo.

Sabemos que esse tema preocupa de longa data tanto a sociedade civil, como a comunidade científica das diversas universidades brasileiras, as organizações não governamentais, instituições e profissionais de saúde que juntos, vêm há algumas décadas, debatendo nacionalmente os problemas relacionados ao uso abusivo de drogas seja nas áreas acadêmicas, como nas práticas sociais com a população assistida pelo SUS e pelo SUAS.

Por outro lado, embora haja um esforço em diferentes setores para o enfrentamento do problema, sabemos das dificuldades que os governantes têm para discutir e tratar, sem preconceitos e desprovidos de interesses corporativistas e econômicos, a questão do abuso e dependência às drogas no Brasil.



A tentativa do governo brasileiro para lidar com este tema teve início na década de 1960 com a criação da “Camara Técnica de Entorpecentes”, no Ministério da Saúde que posteriormente, foi substituída pelo “Conselho Nacional Anti-Tóxicos ainda no Ministério da Saúde, sendo mais tarde substituído pelo Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), ligado ao Ministério da Justiça, e finalmente, em 1998 foi criada a “Secretaria Nacional Antidrogas” vinculada diretamente ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, como forma de garantir melhor coordenação das ações, uma vez que as práticas anteriores demonstraram grandes dificuldades nas atuações, em função de incompatibilidades técnicas e políticas dos Ministérios envolvidos. Este órgão, posteriormente passou a ser denominado Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas atual SENAD.

A SENAD se destacou dos conselhos anteriores que a antecederam, por ter sido a estrutura que proporcionou melhores condições para o desenvolvimento de ações nacionais nas questões relacionadas à prevenção, abuso e dependência às drogas no Brasil. Além disso, fez parte de um processo de transformações que merece ser respeitada e sua eventual transformação deve ser discutida amplamente com a comunidade científica, instituições de saúde, educação, de direitos humanos, associações representativas governamentais e não governamentais. O trabalho desenvolvido por esta secretaria, incluindo a construção da Política sobre Drogas, passou pela organização de fóruns populares realizados e aprovados nacionalmente.

Os acontecimentos recentes no país, que culminaram com a posse interina para a presidência da República têm preocupado vários setores progressistas da sociedade, associações, conselhos e entidades de classes assim como parte significativa da sociedade civil comprometida com os avanços nas áreas sociais e também com a Democracia. De acordo com o que tem se observado quanto à reestruturação política das últimas semanas, que causou perplexidade a todos estes setores, podemos elencar algumas mudanças anunciadas e realizadas: a formação de um ministério composto por várias pessoas



investigadas na operação Lava Jato e sem nenhuma diversidade representativa do país (homens, mulheres e negros entre outros); as primeiras declarações dos novos ministros apontando a inviabilidade do SUS; o corte de várias políticas sociais no campo do SUAS; uma possível privatização das universidades; ameaças de reprimir os movimentos sociais e as modificações anunciadas para a SENAD incluindo sua possível transferência para o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, que certamente produzirá impacto negativo, ao transformar e reduzir as conquistas até então alcançadas nas diversas áreas associadas diretamente à problemática do uso e abuso de drogas, e que possivelmente, poderá aumentar os indicadores de forma negativa sobre a temática.

A SENAD desde sua constituição foi coordenada por pessoas de reconhecida visão laica, competência técnica e científica na área, apoiada por vários setores dentre elas as universidades brasileiras. Em 2010, com a instituição federal do *Programa Crack é Possível Vencer*, a partir dos recursos da SENAD foram criados os Centros Regionais de Referência (CRRs), cujo objetivo é oferecer capacitação permanente aos profissionais das áreas de assistência social, saúde, educação e justiça em todo território nacional. Atualmente, existem cinquenta CRRs no Brasil e estão na sua maioria ligadas a universidades federais ou estaduais. Com o afastamento recente do Dr. Luiz Guilherme Mendes de Paiva da Coordenação da SENAD, entendemos que para este órgão devido sua importância, deva ser nomeada pessoa de reconhecido valor científico e técnico, que não responda a processo civil e/ou criminal ou esteja sendo investigado e que não tenha compromissos de fé religiosa que possam interferir em sua administração.

Entre outras palavras, temos como prerrogativa a preocupação de que tais mudanças repentinas e sem indicadores e estudos que as viabilizem, provavelmente poderão trazer um impacto negativo social e econômico considerável na sociedade, aumentando a pobreza, a vulnerabilidade, a violência, o tráfico e drogas e armas e o uso abusivo de drogas e entre outros acontecimentos, aumentando a necessidade do governo de medidas paliativas e provavelmente excludentes e repressoras para estancar os acontecimentos.



Reiteramos também que em conformidade e coerência com um governo que adotou para si o lema positivista de : “Ordem e Progresso” inscrito na Bandeira Nacional, adote em consonância a premissa positivista de tomar a ciência como base para as decisões no âmbito das políticas públicas e dessa forma considere a manutenção de nomes a essa altura para a SENAD.

Nesse sentido, a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas, **ABRAMD**, com as entidades signatárias abaixo, vêm solicitar a A Comissão de Legislação Participativa – Câmara dos Deputados Brasília o que segue

- A realização de uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com a presença do digníssimo Ministro da Justiça, com as entidades para discussão sobre o lugar que as políticas sociais, de saúde mental e de drogas terão no atual governo;
- Compromisso de que as mudanças de rumo em relação à Política Nacional de Drogas, sejam ampla e democraticamente discutidas com os diferentes setores e grupos da comunidade científica, instituições e entidades de saúde que há muito tempo vem trabalhando de maneira sistemática no

enfrentamento dos problemas relacionados ao abuso e dependência de drogas em âmbito nacional e internacional.

Centro Regional de Referência em Formação Permanente em Álcool e Outras Drogas das seguintes Universidades e Escolas de Saúde:

- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- Mossoró, RN;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN;
- Universidade Federal do Piauí/ CRR-UFPI, PI;
- Escola de Saúde Pública do Ceará -ESP, CE;
- Universidade Estadual do Ceará- NUPES, UECE, CE;



- Universidade Estadual do Ceará- CCS-Fortaleza, CE;
- Universidade Federal de Sergipe, SE;
- Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Vitória, PE;
- Universidade Federal do Vale do São Francisco – LAPIS, Petrolina PE;
- Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Medicina / Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti; BA;
- Universidade Federal da Bahia-CETAD (Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, BA;
- Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus, BA;
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano, BA;
- Universidade do Estado da Bahia-UNEB,BA;
- Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte - Escola de Enfermagem, MG;
- Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, MG;
- Universidade Federal de São João del Rei, MG;
- Universidade Federal de Juiz de Fora; MG
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro; MG
- Universidade Federal de Alfenas (CRR-UNIFAL-MG
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROJAD/ IPUB, RJ;
- Universidade Federal Fluminense, RJ;
- Universidade Federal de São Paulo (-NEPSIS-DIMESAD), SP;
- Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba, SP;
- Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro, DF;
- Universidade de Brasília - Campus Ceilândia, DF;
- Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal, DF;
- Universidade Federal de Goiás, GO;



- : Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental Aparecida de Goiânia, GO;
- Universidade Federal do Espírito Santo, ES;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS;
- Universidade Federal de Pelotas, RS;
- Universidade Federal de Santa Catarina, SC;
- Escola de Saúde Pública de Santa Catarina, SC;
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, PR;

Entidades:

- Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas – **ABRAMD**;
- Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, **CETAD-BA**; Prof. Dr. Antônio Nery Filho;
- Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos, **REDUC**;
- **PROAD** – UNIFESP – Dr. Dartiu Xavier da Silveira;
- **Associação Lua Nova**, Sorocaba, SP;
- Rede Americana de Intervenção em Situações de Sofrimento Social, **RAISSS**;
- **ÂNCORA** - Associação de Usuários, Familiares e Interessados na Saúde Mental do Piauí-PI;

- **ONG Fraternidade o Amor é a Resposta** – Piauí-PI;

- **FÊNIX** - Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Parnaíba; Piauí-PI;

Ressaltamos que o debate tem como finalidade o compromisso democrático de transformação rumo a construção de um país mais justo, saudável e inclusivo.

Atenciosamente,



Prof.Dr.Rubens Adorno

Presidente da ABRAMD

(Biênio-2016-2017)

E-mail:radorno@usp.br

Telefone:XX1198168-9880